

GRUPO FABRIL DO CHILE FINANCIADO PELO BNDES FOI CÚMPLICE DE CHACINA

Frederico Füllgraf
Jornalista

Revista Resumén



Reconstituição do "Massacre de Laja", na região de Biobío

Nestes primeiros meses de 2015, no Chile, aguarda-se com ansiedade o ato de coragem de um magistrado. Quarenta anos após o fuzilamento pelas costas e enterro em uma vala comum, clandestina, de 19 simpatizantes da Unidade Popular, em decisão inédita desde o fim da ditadura Pinochet, o juiz Carlos Aldana, ministro especial para causas de Direitos Humanos, da Corte de Apelações de Concepción, deverá formalizar a acusação de importante grupo de civis envolvidos com crimes políticos e atrocidades no Chile. A acusação atingirá em cheio a CMPC, maior conglomerado de papel e celulose da América Latina, pertencente ao Grupo Matte que, em 18 de setembro de 1973, entregou aos Carabineiros (a polícia militar chilena) uma “lista negra” com os nomes dos operários, ferroviários e estudantes que viriam a ser fuzilados.

Terceiro maior patrimônio empresarial e familiar do Chile, estimado em US\$ 7,5 bilhões, em 2013 o Grupo Matte teve aprovado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) um crédito de US\$ 1,2 bilhão, de um total de US\$ 2,1 bilhões para a quadruplicação, em Guaíba, da antiga fábrica Borregaard, hoje conhecida como CMPC-Celulose Riograndense. Com a pretensão de consolidar-se como um dos maiores fornecedores mundiais de celulose branqueada, o investimento foi celebrado pelo então governador Tarso Genro devido à geração de mais de 7.000 postos de trabalho durante as obras, e os 2.500 empregos diretos prometidos pela unidade, que deverá iniciar suas operações no segundo semestre de 2015.

É altamente improvável que o governador e a diretoria do BNDES tivessem conhecimento, à época, da participação ativa da CMPC no golpe de Estado que derrubou o presidente Salvador Allende, bem como das graves acusações que a apontam como protagonista do “Massacre de Laja”, como o crime hediondo é conhecido no Chile, que agora transborda para o Brasil.

*“Realmente não tinha essa informação e acho que pode ser verdadeira. As grandes empresas no Brasil, no Chile, na Argentina, tiveram envolvimento, diretos ou indiretos, nos golpes que ocorreram nas décadas de 1960 e 1970, na América Latina”, declarou Tarso Genro à **Revista Adusp**. “Dizem que até uma grande empresa jornalística, aqui no Brasil, emprestava veículos para a Operação Bandeirante. Não me surpreende, também, se isso for verdadeiro, já que foram golpes para proteger os interesses do capital.”*



Vista aérea de “La Papelera”, a fábrica da CMPC em Laja

Em minhas andanças pelas paisagens da região do Biobio, belamente imortalizadas nos idos de 1840 pelo pintor-viajante alemão Johann Rugendas, volta e meia esbarro com memoriais e epitáfios — como o da ponte Quilaco, sobre o Rio Biobio, ou o Memorial de Laja-San Rosendo — cujas narrativas congelam o tempo e por momentos encharcam de sangue o pitoresco.

Uma dessas narrativas é o “Massacre de Laja”, ou “Caso Laja-Yumbel”, como está protocolado na Corte de Apelações de Concepción. Eu prefiro chamá-lo de “Os 19 de Laja”, um título épico, pois é de 19

lutadores que se trata, arrancados de seus locais de trabalho e do seio de suas famílias, espancados e presos numa cela imunda de uma delegacia de polícia do Chile profundo, de onde desapareceram em 18 de setembro de 1973.

Um deles foi o maquinista Luis Alberto Araneda Reyes, pai de Mauricio Araneda Medina.

Esta é sua crônica.

Advogado, 52 anos de idade, Mauricio Araneda divide seu calvário com seus irmãos, Luis Emilio e Jorge Eduardo, e dezenas de outras famílias das localidades de Laja e San Rosendo, na província de Bio-



Luis Alberto Araneda Reyes

bío, que há mais de 40 anos cobram justiça pelo brutal assassinato de seus entes queridos.

Uma das mais sinistras histórias de terror da longa noite das ditaduras latino-americanas, “Os 19 de Laja” protagonizam a primeira das operações de extermínio da ditadura Pinochet — entre os quais figuram a famigerada “Caravana da Morte” no deserto de Atacama, os fornos de Leuquén e o lançamento de prisioneiros no mar e em crateras de vulcões — cujo *modus operandi* recorda os comandos de aniquilamento de Wehrmacht, Gestapo e do SD que atuaram na União Soviética durante a Segunda Guerra Mundial.

Berço do já então poderoso setor madeireiro e de produção de celulose, em 11 de setembro de 1973, no Biobio era declarada aberta a temporada de caça aos simpatizantes da Unidade Popular, na qual bandos de civis armados, geralmente fazendeiros e conspiradores do movimento fascista “Patria y Libertad”, juntaram-se aos Carabineiros (polícia militar) e ao Exército.

Método empregado no famigerado “Massacre de Ránquil”, de 1934 (no qual foram metralhados 300 garimpeiros, camponeses e índios Mapuche), entre setembro e outubro de 1973, nas comunidades rurais de Laja, Quilaco e Mulchén repetem-se fuzilamentos em massa, cujos mandantes e perpetradores desfrutaram a impunidade durante 40 anos, e só agora — senis ou doentes terminais, supostamente arrependidos — começam a ser condenados.

Os autos de Aldana.

De posse do número do celular de Mauricio Araneda, informa-

do por um colega de Concepción, telefonei-lhe e marcamos nosso primeiro encontro em Santa Bárbara, um arraial pré-cordilheirano erguido em 1756 e que hoje não conta com mais de 14 mil almas. De Concepción por Los Ángeles, até a pré-cordilheira, correm 160 quilômetros de estradas através de monoculturas de eucaliptos e pinus a perder de vista, salpicadas, aqui e acolá, por raríssimas manchas de floresta nativa remanescente. Estima-se que 45% do território do Biobio, com pouco mais de 30 mil km², estão tomados pelo “deserto verde”, cuja simétrica monotonia machuca os olhos.

Vestindo impecáveis terno e gravata e irradiando a formalidade dos bacharéis, aprendida nos bancos da Faculdade de Direito, ninguém suspeitaria da ascendência proletária de Araneda, cujo pai era maquinista e líder sindical. Confortavelmente abancados no escritório de seu pequeno tabelionato, instalado há apenas um ano, nossa primeira conversa é atabalhoada, com saltos temporais entre setembro de 1973 e o final de 2014. Eu, curioso pelas circunstâncias da prisão de seu pai; ele, ansioso por saber dos negócios da empresa CMPC no Brasil.

Em 2011 e 2014, o advogado e seus irmãos foram testemunhas e depoentes em duas reconstituições do Massacre de Laja, ordenadas pelo juiz especial para causas de Direitos Humanos na Corte de Apelações de Concepción, ministro Carlos Aldana. “Mas há minudências”, ajunta Araneda, “filigranas que só um detetive ou advogado, obsessivos, têm a pachorra de investigar”,



Advogado Mauricio Araneda



Ministro Carlos Aldana

apontando-me uma pilha de pastas na prateleira às suas costas.

A pilha mede meio metro. São fotocópias dos autos completos do processo, aberto em 1979, logo arquivado durante a ditadura Pinochet e reaberto em 2010, graças à obstinação da Associação de Familiares de Presos Políticos Executados de Laja e San Rosendo: autos copiosamente conferidos e repletos de destaques com marca-texto nos



Alberto Fernández Mitchell



Claudio Acuña Concha

depoimentos de policiais, familiares e testemunhas, aos quais caberia fazer ainda algumas perguntas.

Por isso, depois de 30 anos de tramitação e reveses, após seu expediente, o advogado dublê de tabelião desembesta Biobio afora, com suas próprias investigações. Seu objetivo é subsidiar com novos testemunhos a acusação que o juiz Aldana prepara contra ex-diretores de “La Papelera”, como a CMPC dos Matte é conhecida na região.

Convidado por Araneda, entre o final de 2014 e o início de 2015 tive o privilégio de participar de algumas das expedições noturnas, a primeira delas a Laja, diante de cujo Memorial aos fuzilados nos aguardavam seus irmãos Luis Emilio e Jorge Eduardo, vindos especialmente de Concepción para entrevistar Claudio Acuña Concha, um velho socialista e ex-operário aposentado da CMPC que, noite alta e 41 anos após o golpe militar, na sala de sua casa mobiliza sua lembrança e pelo túnel do tempo nos conduz de volta ao momento de sua prisão — assim: “Contra a parede e

mãos na cabeça!”, como lhe berrou o tenente dos carabineiros, Alberto Fernández Mitchell.

E eis que Acuña Concha confirma o que vários outros sobreviventes do terror reiteraram diante dos ouvidos moucos de policiais e juízes: que as prisões na CMPC foram realizadas *dentro* e não fora da fábrica, prova de flagrante cumplicidade da empresa com a repressão pinochetista.

Durante a segunda reconstituição do massacre, Eduardo Cuevas, antigo mecânico de manutenção da CMPC e ativista do Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), demonstrou ao juiz Aldana onde e como foi caçado dentro das instalações da fábrica. Conseguindo escapar, foi preso na rua e, debaixo de coronhadas de fuzil, conduzido ao Regimento de Infantaria de Los Ángeles. Preso político durante um ano, ali sofreu toda sorte de vexações e torturas sistemáticas, do pau-de-ara ao choque elétrico, que marcaram com sequelas sua saúde. Libertado em 1974, foi ameaçado pela DINA de sequestro, assassinato e desaparecimento. Salvo por um padre belga,

com sua esposa foi colocado em um avião, partindo para um exílio de 35 anos em Basiléia, na Suíça.

Outro operário da CMPC que escapou do massacre, entrevistado por Araneda, conta uma aventura com lances cinematográficos, mas de filme de terror: acoitado dentro da fábrica, aguardou a noite cair, esgueirou-se até a margem do Rio Biobio, agarrou-se a uma tora de madeira, nadou até a margem oposta, em seguida marchando vários dias pelas matas, até a Cordilheira, ainda nevada, que cruzou para a Argentina, onde se manteve exilado até o fim da ditadura.

No deserto verde.

De volta da viagem no tempo, folheio a edição 84 (2011) da *Revista Chilena de Historia Natural*, e um ensaio me explica que “a região do Chile central (entre os 29° e os 40° S) tem sido catalogada como um dos *hotspots* de biodiversidade em nível mundial, com 3.429 espécies vegetais e 335 espécies de vertebrados. Contudo ... os bosques ... nas regiões VI, VII y VIII [Biobio] se

DITADURA DE 17 ANOS, NEOLIBERALISMO E IMPIEDOSA CONCENTRAÇÃO DE RENDA

*Apesar da Lei da Anistia, generais e coronéis
cumprem pena no Chile por assassinatos políticos*

Dominado durante 17 anos, de 1973 a 1990, por uma das mais feroces ditaduras militares da América Latina, em 2015 o Chile comemora 25 anos de lenta e gradual estabilização do regime democrático. A transição pactuada entre a então “Concertación de Partidos por la Democracia” e a ditadura Pinochet não ocorreu sem óbices e resistências do campo conservador, pois herdava a Constituição pinochetista de 1980 — com todo o seu arcabouço autoritário que permeia

o sistema eleitoral, o Judiciário e a política de segurança nacional — e um rude modelo econômico neoliberal, que desmantelou os direitos trabalhistas vigentes até o final do governo Salvador Allende (1970-1973) e ergueu um dos mais desafiados sistemas concentradores de renda e gerador de desigualdades sociais.

A Unidade Popular (UP), coalizão de partidos que elegeu Allende, foi a precursora, no subcontinente americano, de experiências

socialistas de chegada ao governo pela via eleitoral. Mas a tentativa da UP foi sabotada pela elite chilena, com apoio ostensivo da central de inteligência dos Estados Unidos, a CIA. Erros cometidos por Allende ajudaram: foi ele quem nomeou Augusto Pinochet comandante do Exército, no lugar de Carlos Pratts. O presidente morreria, de metralhadora nas mãos, em combate quase corpo a corpo no Palacio de La Moneda, atacado e bombardeado pelos militares.

encontram praticamente extintos e seus solos cobertos por monocultivos de *Pinus radiata*, *Eucalyptus globulus* e *E. nitens*”.

Entre 1870 e 1900, imperou a lei do machado, com a derrubada em grande escala da floresta nativa, em cujo solo expandiram o breve cultivo de trigo e, depois dele, os campos de pastagens. Em 1964, Francesco di Castri, naturalista italiano radicado no Chile, advertia que a erosão ameaçava a maior parte do território nacional, passível de se tornar enorme deserto. Cinquenta anos depois do desastre anunciado, eis o cenário catastrófico: em sentido norte-sul, as areias do Atacama avançam meio quilômetro ao ano, devendo alcançar Santiago por volta de 2040.

Em 1970, o recém-eleito presidente Salvador Allende advertiu que expropriaria “La Papelera”, cujo peso estratégico considerava de interesse do Estado. A CMPC era fornecedora exclusiva de papel-jornal, vantagem que beneficiava o diário El Mercurio em sua feroz campanha contra Allende

Do Valle Central ao Biobio, a desertificação antrópica atinge 2/3 (184) de um total de 290 municípios afetados por erosão, de moderada a grave. No centro desse cataclismo, viceja a indústria de papel e celulose, cujas plantações de extensões obscenas são apontadas por agrônomos e geólogos como principais causas do ressecamento dos solos e da erosão.

Em 1970, o recém-eleito presidente Salvador Allende, em “visita de cortesia” a seu adversário conservador, Jorge Alessandri (candidato à reeleição derrotado por Allende com apenas 1,7% dos votos, e diretor-executivo da CMPC), advertiu que expropriaria “La Papelera”, cujo peso estratégico considerava de interesse do Estado.

No Chile de hoje, a ínfima minoria dos 1% mais ricos possui uma renda 40 vezes superior à de 81% da população. Exemplo de certas fortunas familiares é o Grupo Luk-sic, que possui US\$ 15,5 bilhões e situa-se confortavelmente na posição 58 do *ranking* Forbes das 100 maiores fortunas do mundo.

Reformas de Bachelet.

Reeleita em 2013, após interregno do governo conservador do empresário Sebastián Piñera (a quarta maior fortuna do Chile), com notável desaceleração do crescimento econômico, o governo da Nova Maioria (a antiga Concertación, mais o Partido Comunista) da socialista Michelle Bachelet realiza, desde março de 2014, ambicioso

programa de reformas, entre as que se destacam a liquidação do entulho autoritário (sistema eleitoral binominal e “lei de anistia” para assassinos e torturadores a serviço da ditadura), o fortalecimento dos direitos individuais — mediante a despenalização do aborto, reconhecimento e legalização de relações estáveis e homoafetivas — e a reforma do sistema educacional, privatizado pela ditadura Pinochet. País tradicionalmente “de costas” para a América Latina, o Chile de Bachelet trabalha por sua reinserção e pela integração continental.

Graças à enfática política de Direitos Humanos, desde a instalação da “Comissão Assessora para a Qualificação de Presos Desaparecidos, Executados Políticos e Vítimas

de Prisão Política e Tortura (Comissão Valech)” e apesar da vigência da lei da anistia pinochetista, foram acusados mais de 1.000 militares, dos quais 250 foram condenados como autores qualificados de violações de direitos humanos.

Atualmente, no complexo penitenciário Punta Peuco, em Santiago, 80 violadores de “grosso calibre” (altas patentes, como generais e coronéis) cumprem pena pelo assassinato da maioria de 2.500 presos políticos e o desaparecimento forçado de outros 1.100. O relatório final da Comissão Valech, de 2011, agregou 32.000 novos casos à lista de 2003, elevando a mais de 60.000 o número de vítimas das atrocidades da ditadura Pinochet.

(Frederico Füllgraff)



Frederico Füllgraff

Irmãos Araneda e Claudio Acuña Concha

A CMPC monopolizava o mercado de papel e era fornecedora exclusiva de papel-jornal, fabricado por sua filial Inforsa, em Nacimiento, vantagem que beneficiava principalmente o diário *El Mercurio* em sua feroz campanha contra o governo Allende, financiada pela CIA.

A estatização não se concretizou, mas seu enquadramento feriu de morte a CMPC que, durante um ano inteiro, teve seus escritórios devassados por auditores do Servicio de Impuestos Internos (SEII), vistoriando suas contas e aplicando pesadas multas. Em 11 de setembro de 1973, a CMPC foi salva pelo gongo, quando os militares chilenos deram seu sangrento golpe de Estado.

Um ano mais tarde, a ditadura Pinochet baixou o decreto-lei 701, de fomento à atividade de “reflorestamento”, que subsidia de 75% a 100% dos custos das plantações (espalhadas em 2,1 milhões de hectares cultivados no Chile), com mão-de-obra sazonal e barata, manejo e administração, além de eliminar a tributação.

Duas empresas, a CMPC-Minanco, do Grupo Matte (dono de 1.136.574 hectares), e a Arauco do Grupo Angelini, controlam o mercado. Em 2013, o setor vendeu US\$ 5,7 bilhões (7,5% das exportações chilenas) ao mercado mundial de madeira, papel e celulose. Seu principal problema é a falta de solos para manter o ritmo da expansão, motivo pelo qual deseja prorrogar por mais 20 anos o decreto-lei 701, simultaneamente avançando sobre terras alheias, como ilustram os 100 mil hectares da CMPC comprados no Rio Grande do Sul.



Eduardo Cuevas participa da reconstituição

Um ano antes de eu vir a conhecer Araneda, Juan Macaya, funcionário da secretaria de Agricultura, convidara-me a um passeio aos morros de Yumbel, onde cria abelhas em uma das poucas chácaras que sobreviveram ao cerco das “forestales”. A meio caminho, enveredamos pelas localidades de Laja e San Rosendo, separadas por uma belíssima ponte ferroviária.

Como os Araneda, Macaya fora criado em San Rosendo, vilarejo ao qual aderem a ferrugem e o pó, mas também o *glamour*, pois foi popularizado na década de 1960 pelo musical *La Pérgola de las Flores*, de Isadora Aguirre e Francisco Flores del Campo, cuja personagem-título, Carmela, abandona San Rosendo para ganhar sua vida como florista na distante Santiago. O que fez a bordo de um dos 15 trens que partiam diariamente de San Rosendo, grande entroncamento dos

outrora gloriosos Ferrocarriles del Estado, privatizados por Pinochet e depois esquitejados pelos concessionários particulares.

Amante de ferrovias, desde a tenra infância, contemplei as ruínas da velha estação, já bosquejando um roteiro de cinema sobre a morte dos trens, mas incapaz de imaginar que meu *guión* nostálgico logo seria ensombrecido por um enredo de terror. Ao retornar do passeio, estranhamente, o nome Yumbel insistia em martelar minha lembrança. Então caiu a ficha: claro, a revista “Nos”, na qual tinha topado a primeira vez com a história de Araneda! Refolheando-a, gelei!

Na manhã de 15 de setembro de 1973, quatro dias após o golpe militar, o maquinista Luis Araneda Reyes, de 43 anos de idade, saiu de casa, caminhando até a estação de San Rosendo. Lá chegando, examinou a planilha das escalas de serviço, mas seu nome

Em 15 de setembro de 1973, um pelotão de carabineiros cercou a casa de Araneda Reyes. Armas apontadas à porta, o tenente Alberto Mitchell ordenou que Reyes saísse com mãos na cabeça. O maquinista foi o último dos 19 simpatizantes da Unidade Popular presos naquele sábado em Laja



Ministro Carlos Aldana supervisa reconstrução do crime

não constava na lista. Coçou a cabeça e voltou para casa, o jeito era esperar um novo turno.

Dirigente sindical da Federação Santiago Watt de Ferrovias do Estado, Araneda Reyes era filiado ao Partido Socialista do presidente Allende. No dia do golpe, obedeceu à ordem de apresentar-se na delegacia de Carabineros de San Rosendo, depois do que foi liberado. Apesar de tantas vezes renunciado, o golpe o surpreendera. Não havia plano de resis-

tência e o desespero recomendava prudência.

Contudo, no mesmo dia 15 de setembro, por volta das 16 horas, um pelotão de 13 carabineiros cercou sua casa, na Quinta Ferroviana. Com armas apontadas à porta, o tenente Alberto Fernández Mitchell ordenou que Araneda Reyes saísse com as mãos em cima da cabeça. O maquinista obedeceu piamente e recebeu ordem de prisão. As mãos já atadas às costas, pediu à esposa e aos filhos, em

prantos, que retirassem e guardassem o pouco dinheiro e o relógio que guardava no bolso da calça.

Mauricio Araneda Medina tinha dez anos quando, garoto indignado, saiu caminhando atrás da patrulha que conduzia seu pai à subdelegacia de Laja. Diz que em sua mente infantil alimentou o plano de resgatar o pai e voltar abraçado com ele para casa, em San Rosendo.

O maquinista foi o último dos 19 simpatizantes da Unidade Popular presos naquele sábado e en-

jaulados em uma cela imunda da delegacia de Laja. Mas se em San Rosendo havia uma subdelegacia, por que Araneda Reyes fora preso pelos carabineiros de Laja, do outro lado do rio? “Seu nome estava na lista da CMPC!”, responde, seco, Mauricio Araneda.

Informação que circulou durante 35 anos na região, insistentemente reverberada pelos familiares dos presos, com sua primeira reconstituição da cena do crime e a retratação dos policiais ainda vivos, em agosto de 2011, o juiz Aldana obteve a confirmação: os nomes dos “19 de Laja” compunham uma “lista negra de ativistas”, preparada e entregue à polícia por Carlos Ferrer e Humberto Garrido, respectivamente superintendente e chefe da sessão de pessoal da fábrica de papel e celulose CMPC, em Laja. Mais ainda: apenas metade dos nomes da lista era de operários da empresa; a ordem era perseguir a liderança allendista nos dois municípios.

O massacre.

Naquela reconstituição com traços macabros, dez carabineiros envolvidos confessaram que na madrugada de 18 de setembro, “Dia da Pátria”, os presos foram colocados em um micro-ônibus que deveria levá-los ao quartel do Regimento de Infantaria de Los Ángeles, seguido por jipes lotados de policiais. Porém, logo à saída de Laja, a caravana deteve-se na fazenda San Juan, onde foi recebida pelo agricultor Peter Wilkens, de ascendência alemã e anti-comunista feroz, que serviu de batedor

até a clareira de uma plantação de pinus. Ali, os presos foram desembarcados do ônibus e colocados de joelhos às bordas de uma cova com metro e meio de profundidade.

Entre os carabineiros, que haviam bebido pisco, desata-se uma violenta discussão, que o tenente Fernández Mitchell interrompe aos berros com a ordem de posição de sentido e abrir “fuego!”.

Todos os carabineiros atiraram. Ato contínuo, cobriram com terra os corpos ensanguentados e empilhados, disfarçaram a cova com galhos e ramagens, retornaram a Laja e atravessaram o resto da noite bebendo.

Os carabineiros de Laja não possuíam viatura própria, nem dinheiro para comprar cachaça. A arguente, o micro-ônibus, seu chofer e os jipes: tudo fora gentilmente oferecido por “La Papeletera”, a CMPC de Laja.

Quarenta anos depois, em sua reconstituição do crime nas instalações da CMPC, o ministro Aldana se convence de que os executivos de “La Papeletera” alentaram e proporcionaram meios para a consumação do desígnio criminoso dos carabineiros. “Foi mais!”, adverte Mauricio Araneda: “Aqueles diretores da fábrica sabiam do desenlace das detenções, entre outros, porque a chacina e o enterro das vítimas foram realizados em uma fazenda com plantações exploradas pela empresa”.

Em outubro de 1973, os cães de um peão de fazenda vizinha, que passava inadvertido pela clareira, fizeram um surpreendente achado. Afugentando-os do

que mordiscavam, ele constatou, horrorizado, tratar-se de um braço que pendia para fora de uma cova improvisada. Não pensou duas vezes e avisou a polícia de Yumbel. Na madrugada daquele dia, os carabineiros assassinos trasladaram os cadáveres em decomposição dos chacinados para uma cova clandestina do cemitério de Yumbel, onde só foram descobertos em 1979. Estava elucidado o desaparecimento dos 19 de Laja, que jamais tinham alcançado o Regimento de Infantaria de Los Ángeles, só então identificados e sepultados por seus familiares.

Então minha ficha caiu pela segunda vez: era por causa do cemitério de Yumbel...

Janeiro de 2015.

Mauricio Araneda retorna abatido de uma inesperada entrevista com um antigo peão da fazenda San Juan, que resolvera falar pela primeira vez depois de 41 anos de silêncio e medo: “Me disse que, dias após o massacre, encontrou paus e varas ensanguentadas, espalhados pelas capoeiras...”.

Isso sugere que os 19 de Laja foram espancados antes do fuzilamento. Ou que, apesar de fuzilados pelas costas, nem todos tenham morrido imediatamente, e que foram trucidados a pancadas até a morte. Por breves momentos, nossos olhares se cruzam, mas Araneda desvia sua mirada. Pela primeira vez, em meses, percebo um esgar em suas pálpebras, com o prenúncio de lágrimas, rapidamente represadas.